



Declaração Parlamentar de Porto Rico

Segunda Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas Rio Grande, Porto Rico, 19 a 23 de julho de 2000

CONSIDERANDO que os Chefes de Estado e de Governo das Américas desencadearam o processo de integração econômica do continente;

CONSIDERANDO que as negociações tendo em vista o estabelecimento de uma área de livre comércio das Américas foram seriamente iniciadas;

CONSIDERANDO que os parlamentares participantes da Segunda Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas (COPA) desejam que os benefícios desse processo de integração atinjam todos os cidadãos das Américas;

CONSIDERANDO que a pobreza é ao mesmo tempo uma causa e um efeito do acesso não universal à educação, que a corrupção gera um déficit econômico que impede a distribuição equitativa do desenvolvimento e deturpa o funcionamento das instituições democráticas, que o narcotráfico agrava a violência, a criminalidade e os danos sociais a ele associados, e que os efeitos negativos de tais fatores interligados prejudicam o desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que a entrada em vigor do projeto de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 2005 representa um desafio considerável, a fim de garantir que seus impactos na vida legislativa, política, social, econômica e cultural das populações das Américas, especialmente as mais vulneráveis, sejam positivos;

CONSIDERANDO que é nosso dever, como representantes eleitos, e portanto legítimos, das populações das Américas, zelar pela defesa e pela promoção de seus interesses, trabalhar para a melhoria das suas condições de vida e assegurar a todas as cidadãs e todos os cidadãos oportunidades iguais de desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que a situação das dívidas externas dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento impedem que os seus governos invistam no combate à pobreza, e conseqüentemente faz com que as diferenças sociais e de qualidade de vida entre os povos destes países se acentuem cada vez mais e impede a busca da justiça social nas Américas;

CONSIDERANDO que o acordo almejado deverá ser ratificado pelos parlamentares das Américas para que possa entrar em vigor;

CONSIDERANDO que a Conferência Parlamentar das Américas (COPA) é um foro aberto, autônomo e representativo, que congrega as Assembléias dos Estados unitários, federais e federados e também os Parlamentos regionais do continente, todos concernidos pelas implicações e pelos impactos da integração continental e do projeto da ALCA;

CONSIDERANDO que a Conferência Parlamentar das Américas (COPA) favorece a conciliação parlamentar sobre questões de interesse comum no âmbito dos processos de integração das Américas, com o propósito de participar da edificação de uma comunidade regional fundamentada na paz, na democracia e na justiça social;

Nós, mulheres e homens representantes das Assembléias Parlamentares dos Estados unitários, federais e federados, dos Parlamentos regionais et das organizações interparlamentares das Américas:

AFIRMAMOS nosso apoio ao objetivo da Cúpula das Américas de conseguir criar um mercado econômico integrado das Américas, respeitando os acordos e os processos de integração regional existentes, e exortamos os Chefes de Estado e de Governo a tomarem todas as medidas necessárias para fazer o bem-estar das populações, especialmente o das mais vulneráveis, progredir à medida que o desenvolvimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) progrida;

REAFIRMAMOS nossa vontade de combater a pobreza, defender a democracia das graves ameaças que a corrupção e o narcotráfico representam, e promover o acesso universal à educação, à justiça social, à paz e à segurança no âmbito de todos os países das Américas;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a concentrarem seus recursos e redobram seus esforços para eliminar os importantes obstáculos ao desenvolvimento humano que são a pobreza, a corrupção e o narcotráfico, e para promover enfim a educação para todos em sua verdadeira dimensão de elemento propulsor do bem-estar coletivo;

EXORTAMOS os Chefes de Estados e de Governo e todos os parlamentares das Américas a discutirem formas de solucionar a questão das dívidas externas, possibilitando aos países devedores, condições de ter mais recursos, para investimento na superação da pobreza;

DESEJAMOS que o processo de integração continental, que deve levar em consideração o nível de desenvolvimento econômico e social de cada país, seja reforçado pela participação dos parlamentares de todas as jurisdições do continente, pela transparência dos debates sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e pela divulgação regular do resultado das negociações em curso pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas;

SOLICITAMOS que cada assembléia parlamentar do continente seja oficialmente informada, pelos Chefes de Estado e de Governo, no máximo seis meses antes da Terceira Cúpula das Américas, prevista para abril de 2001, do estado das negociações relativas à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);

ASSUMIMOS o compromisso de sensibilizar nossas respectivas Assembléias quanto à necessidade de que todos os parlamentares das Américas participem do acompanhamento das decisões adotadas pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas no âmbito de suas Cúpulas;

SUBLINHEMOS a importância que têm, nos processos de integração do continente americano, os Parlamentos regionais;

ASSUMIMOS o compromisso de zelar pela aplicação das recomendações e da Declaração Parlamentar de Porto Rico em nossas respectivas Assembléias Parlamentares;

CONCORDAMOS em transmitir a Declaração Parlamentar de Porto Rico aos nossos respectivos Chefes de Estado e de Governo e favorecer também sua divulgação diante das populações das Américas;

EXORTAMOS os Chefes de Estado e de Governo das Américas a considerarem a Declaração Parlamentar de Porto Rico e as recomendações adotadas na Segunda Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas (COPA) e na Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas no marco de seus próximos encontros intergovernamentais, e particularmente na Terceira Cúpula das Américas, que será realizada na cidade de Quebec em 2001;

SOLICITAMOS aos Chefes de Estado e de Governo que recebam oficialmente os representantes da Conferência Parlamentar das Américas (COPA), a fim de que estes lhes apresentem as conclusões de sua Segunda Assembléia Geral;

REAFIRMAMOS nosso compromisso no âmbito da Conferência Parlamentar das Américas (COPA), a fim de aprofundar o diálogo parlamentar interamericano sobre as implicações do processo de integração continental e seus impactos legislativos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e organizar para tal a Terceira Assembléia Geral da Conferência;

SOLICITAMOS a cada Assembléia Parlamentar do continente que realize, o mais breve possível, consultas públicas sobre os impactos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);

ADOTAMOS com este propósito os Princípios Diretivos da Conferência, que estabelecem sua missão, seus objetivos e suas regras de funcionamento.

Commentaire :

Commentaire :